

Política e educação em Évora no tempo de Eça

Politics and education.
Eça de Queiroz in Évora

Fernando Luís Gameiro

Investigador integrado, Ph.D.,

CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

Coordenador da RBEV - Rede de Bibliotecas de Évora e da RAEV - Rede de Arquivos Escolares de Évora, Portugal

Sinopse

O artigo analisa criticamente o olhar do jornalista sobre as relações entre agentes educativos, elites e instituições, na Évora Oitocentista. Ao confrontar as fontes manuscritas com os textos de Eça sobre questões de educação no *Distrito de Évora*, identificamos o seu posicionamento perante contexto político e social do seu tempo.

Palavras-chave: Liceu de Évora; Casa Pia de Évora; jornal *Distrito de Évora*; Eça de Queiroz.

Abstract

The article analyzes critically the view of the journalist on the relations among educational agents, elites and institutions in Évora in the eighteenth-century. Confronting the written sources with Eça's texts on the questions about education in *Distrito de Évora* we identified his perspective towards the political and social context of his time.

Keywords: *Distrito de Évora* newspaper; Eça de Queiroz; Évora High School.

Introdução

O exercício que se segue analisa criticamente a leitura tanto da produção própria como da colaboração aceite para publicação por Eça de Queiroz no *Distrito de Évora* sobre instituições escolares na cidade. A abordagem que encetamos procura analisar as relações entre agentes educativos, elites e instituições na Évora Oitocentista. Ao confrontar as fontes primárias com os textos publicados no *Distrito de Évora* identificamos o posicionamento não só do jornal como também do seu redator perante a sociedade do seu tempo.

São duas as instituições envolvidas na polémica: a Casa Pia de Évora e o Liceu. A primeira assegurava, de forma limitada, a oferta de ensino profissional contando com mestres para habilitarem formandos com origens sociais bem diferentes daqueles que demandavam o Liceu. Desde 1836 que ocupava parte do Colégio do Espírito Santo (GAMEIRO 2000). A segunda, o Liceu de Évora, era a principal instituição de ensino da cidade e a única que, abaixo do Tejo, permitia o prosseguimento de estudos para o ensino superior. Ocupava a parte nobre do edifício do antigo Colégio do Espíri-

to Santo, desde 1841, no quadro da criação por Passos Manuel (1836) dos novos institutos de ensino secundário público. No caso concreto do Liceu de Évora os professores, em número de 12, constituíam um grupo que se destacava pela sua formação académica possuindo habilitações superiores à esmagadora maioria da população. Em termos ocupacionais destacavam-se docentes em regime de acumulação como era o caso dos médicos e dos advogados, atividades de crescente reconhecimento social devido à utilidade evidente de que os seus conhecimentos se revestiam para a população (GAMEIRO 2017).

No cômputo geral dos artigos sobre política local publicados no *Distrito*, os três que foram dados à estampa no nº 14 e o que foi publicado no nº 15, ambos em fevereiro de 1867, sobre o tema em apreço são particularmente relevantes não só em matéria de política como das relações entre os vários agentes educativos. É sobre estes que iremos focar a análise que se segue. As divergências públicas entre os docentes do Liceu de Évora e o seu reitor são o assunto comum às várias publicações.

O artigo introdutório, publicado no nº 15, é da responsabilidade de Eça e avaliza positivamente o teor dos dois, isto é, dá expressamente a sua concordância à abordagem realizada por dois leitores que quiseram ver publicada a sua posição sobre os factos. Eça escreve no nº 14 do *Distrito*: «Hoje recebemos dois comunicados, excelente e lucidamente escritos, de duas pessoas respeitáveis, que tomando nas suas mãos a questão, a deixam tão clara, tão limpa e tão pura, tão séria como a própria verdade. Publicamo-los justamente para dar maior robustez à opinião comum, reforçando-a com as opiniões individuais».

O primeiro comunicado é assinado por Martiniano Marrecas, professor em exercício no Liceu¹. O segundo, com origem em fonte anónima, que Eça rotulou de «pessoa respeitável», é mais complexo e remete para o universo da sociedade eborense da época. Estaremos perante um texto produzido por Eça sobre os acontecimentos em causa? A informação remete para um conhecimento profundo dos acontecimentos: a fonte seria um membro do corpo docente? Este texto é um dos mais interessantes e o de mais difícil descodificação. É possível proceder ao seu estudo com a grelha analítica proporcionada pela historiografia especializada, que permitirá identificar o posicionamento do jornalista sobre a segmentação do ensino, sobre os seus interesses enquanto advogado ou sobre os episódicos fenómenos de mobilidade social associados à Escola.

O processo analítico que suporta as páginas que se seguem parte da contextualização da sociedade eborense, mobilizando fontes primárias e

a já citada imprensa local, estruturando-se em torno de dois tópicos organizadores.

O primeiro delimita os termos em que a polémica surgiu e a forma como a imprensa a ampliou. O segundo foca-se na interpretação dos factos. Nesta, evidenciam-se, por um lado, os seus interesses particulares enquanto advogado, trazendo para o jornal, embora indiretamente, o foco das suas preocupações na defesa de um seu cliente.

Já quanto ao posicionamento perante os acontecimentos, leia-se desaguidados entre agentes educativos, Eça mostra o que o trouxe a Évora: atacou fortemente o líder institucional, e através dele o governo, à revelia do quadro legal que suportava a ação do reitor. Contrariou assim os princípios que disse nortearem o projeto que abraçou em 1867: «Este jornal, desligado de compromissos, afastado dos partidos que militam na capital, pode emitir a sua opinião franca e desapaixonada, porque é insuspeita, formada e desenvolvida apenas pela convicção»².

O tema da educação na imprensa

Eça foi contratado por José Maria Eugénio de Almeida, Par do Reino e capitalista lisboeta com grandes interesses fundiários no Alentejo, para fundar e dirigir um jornal (SARDICA 2016). O jornalista e o «seu» periódico prometiam animar o debate público, pese embora o facto de o mesmo estar circunscrito à participação eleitoral determinada pelo exercício do voto censitário. O desempenho de cargos no aparelho administrativo limitava-se a um pequeno conjunto de notáveis no contexto do sistema caciquista em vigor na época: uma elite bem delimitada pelos seus atributos e qualificações que levava a cabo práticas de sociabilidade e distinção que contribuíam para o isolamento do grupo no topo da sociedade eborense da época (FONSECA 1996 e BERNARDO 2001). As lutas em Lisboa entre os partidários do governo – um gabinete de fusão entre o Partido Regenerador e o Partido Histórico, onde pontificava Joaquim António de Aguiar como chefe do Governo, com Fontes Pereira de Melo na pasta da Fazenda – e os partidários da oposição, protagonizada pelo Partido Progressista, tinham reflexos em Évora, tendo como representantes das divergências políticas os notáveis locais. Dois jornais espelhavam as diferenças entre governo e oposição, respetivamente a *Folha do Sul* e o *Distrito de Évora*, que nunca se assumiu como expressão partidária mas, sim, como agitador do *statu quo* político.

¹ Distrito de Évora, 14 (24 fev. 1867).

² Distrito de Évora, 6 (24 jan. 1867).

Os artigos que Eça publicou, ele próprio, no *Distrito* sobre o tema distribuem-se por dois números do jornal. No nº 14 de 24 de fevereiro um dos artigos é da autoria do redator, outro assinado por Martiniano Marrecas e o terceiro resultado de colaboração anónima. Estes configuram uma abordagem holística do exercício do jornalismo.

Em primeiro lugar, o articulista cita dois jornais com relevo na imprensa oitocentista, o *Campeão das Províncias* (Aveiro) e o *Paiz* (Coimbra), conferindo assim importância ao assunto das relações entre a política local e as instituições de ensino e instrução (contra uma das quais litigaria no tribunal eborense), para depois isolar o alvo das suas críticas: o reitor do Liceu.

A notícia sobre os desaguidados entre os agentes educativos resultou da conturbada relação entre o corpo docente e o reitor. Teve origem na intervenção de Filipe Simões, um erudito com protagonismo na área cultural em Évora. Simões lecionava a disciplina de Introdução à História Natural no Liceu. Era um dos redatores do jornal *Folha do Sul*, órgão da imprensa local próximo do governo, afastado portanto do jornal que Eça dirigia, que confrontou o reitor em sede de Conselho de Professores: «É minha humilde opinião que há pelo menos notável falta de modéstia em querer um só homem apresentar-se como verdadeiro, quando para isso tem que fazer que se suponha [sic.] o contrário de outros 10 homens (...) Como membro do conselho não posso deixar de protestar energicamente contra o procedimento do sr. reitor e lembrar-lhe a conveniência de não comprometer com seus atos a dignidade deste liceu»³.

Pouco depois os jornais de Aveiro e Coimbra dão conta destes incidentes e, a nível local, a *Folha do Sul*, cujo redator principal era Manuel de Paula da Rocha Viana, filho de um dos maiores contribuintes do concelho de Évora e correligionário de Eça nos tempos de Coimbra, também ele advogado, em artigo na primeira página refere-se à publicação pelos jornais do Centro. Confirma que o *Campeão* publicou e o *Paiz* transcreveu o «extenso artigo» intitulado «Desordem no Liceu de Évora». A *Folha* considerou que o leitor daqueles jornais ficaria com a ideia de que o «Liceu de Évora está em plena anarquia e completamente desacreditado». O texto contraria a ideia liminarmente: a questão da reduzida frequência, que os periódicos associavam ao descrédito institucional, ficar-se-ia a dever ao facto de estarmos no Alentejo, região na qual a procura da instrução pública era reduzida. Eça concorda com esta interpretação atribuindo-a à ausência de

paixão pela educação: «se houvesse um amor derramado pela instrução, se as famílias destes territórios, ainda ricas, sentissem a necessidade de esclarecer o espírito dos filhos, mandá-los-iam ao liceu (...)»⁴. Já a *Folha do Sul* convidava à comparação com a frequência dos liceus de Beja e Portalegre considerando que tal exercício mostraria a primazia do Liceu de Évora⁵.

Em matéria de procura de ensino, e sabendo que uma das ofensivas do reitor era dirigida aos docentes que acumulavam o exercício do ensino privado com o público, Eça defende esta ambivalência profissional considerando que essa prática era favorável aos discentes. Para o autor, os docentes ensinavam particularmente «com mais zelo e mais carinho, explicando daquela maneira familiar e simples que não comporta uma preleção oficial, fazendo um grande serviço aos estudos»⁶.

O ensino particular era uma prática em voga durante a fase de formação escolar de Eça e só entraria em declínio anos após a reforma de Franco/Moniz em finais do século XIX. No liceu de Évora a década de sessenta foi aquela em que se registou menor procura dos serviços oferecidos pelo ensino privado e doméstico: cerca de 12% dos alunos dispunham deste reforço das aprendizagens na medida em que a organização do ensino privilegiava o regime de exame em detrimento da frequência (GAMEIRO 2017).

Em segundo lugar o Distrito apoiou a publicação de um comunicado que contrapunha, a partir de um caso concreto, o desempenho das duas instituições no que concerne à formação de recursos humanos e aos fenómenos de mobilidade social⁷.

A *Folha* escreveu em comentário ao *Campeão*: «o autor [refere-se ao artigo do jornal de Aveiro] compara este estabelecimento com a Casa Pia. Não há analogia nenhuma. Transforme-se o liceu em casa de beneficência onde gratuitamente se alimentem e eduquem as crianças desvalidas que não fal-

³ PORTUGAL. Ministério da Educação. Escola Secundária André de Gouveia. Atas. 10 de janeiro de 1867. Acessível no Arquivo Histórico da Escola Secundária André de Gouveia, Évora, Portugal. PT/AH/LAGE/D/VA/001_Lv242_1860_1876

⁴ Distrito de Évora, 15 (28 fev. 1867). Manuel Martiniano Marrecas também se refere à escassa frequência atribuindo-a, entre outros fatores à concorrência entre estabelecimentos de ensino incluindo os liceus alentejanos e o liceu de Coimbra cf. Distrito de Évora, 14 (24 fev. 1867).

⁵ Os liceus de Beja e Portalegre entraram em funcionamento anos mais tarde e só durante a Iª República passaram a oferecer a valência de ensino complementar que permitia o prosseguimento de estudos. Este facto garantiria, por si só, uma maior frequência no liceu eborense, quanto mais não fosse devido à procura do ensino complementar.

⁶ Distrito de Évora, 15 (28 fev. 1867).

⁷ Distrito de Évora, 14 (24 fev. 1867) (artigo anónimo da autoria de «pessoa respeitável»).

tará concorrência». Identifica nos artigos citados o reitor como alvo principal dos desaguisados. Justifica as críticas do corpo docente ao liceu como «divergências, como sucede em muitas corporações e que particularmente resultaram de um negócio em que o chefe não se quis conformar com a opinião dos outros membros do liceu (...) há por conseguinte exageração em dizer-se que os professores desacataram o chefe e os alunos os mestres, porque não nos consta que tenha sucedido uma ou outra coisa»⁸.

Enfim uma postura consentânea com a orientação do jornal que não pretendia atacar diretamente o reitor, suportado pelo governo, com o qual simpatizava, e que era colaborador regular das suas páginas.

O *Distrito* abordou o assunto alguns dias depois. Escreveu, no já referido artigo não assinado, citando os jornais do Centro: «Desordem no Liceu de Évora (...) aonde se dirigem ao atual corpo docente deste liceu acusações, que, se fossem verdadeiras, seriam por certo de muita gravidade (...). O autor daquele artigo [refere-se ao «Campeão»] julga ver completa anarquia e desmoralização no Liceu, atirando com a culpa aos professores, e mais ainda ao reverendo Sr. reitor Manuel Joaquim Barradas: e atribuindo a este estado de coisas o pequeno número de alunos que o frequentam, fez o paralelo deste estabelecimento com o da Casa Pia enquanto aos resultados que de um e de outro tem cabido à sociedade, buscando exaltar este e deprimir aquele (...). Podemos afirmar sem receio de que com verdade nos contradigam, que não existe a inculcada anarquia, nem nos consta que tenha havido o mais leve indício por que mereçam os atuais professores o labéu de desleixados e de imorais, e sejam por isso apresentados como perversos, pelos seus atos, da mocidade que se lhes entrega»⁹. Acrescenta também: «Dizer-se que naquele estabelecimento literário [Liceu] não vai a mocidade colher todos os frutos da instrução, é completamente falso: supondo como verdadeiro que da Casa Pia têm saído bons artistas e bons chefes de família, o liceu não tem menos preparado a muitos, que no estado eclesiástico e noutras posições elevadas gozam nesta província, e fora dela, de legítimos créditos de homens de bem, e assaz instruídos, e que não envergonham o estabelecimento em que vieram receber a instrução preparatória de estudos superiores»¹⁰.

⁸ *Folha do Sul*, 275 (13 fev. 1867).

⁹ *Distrito de Évora*, 14 (24 fev. 1867).

¹⁰ *Ibidem*, *ibidem*.

raça, peia certas iniciativas fecundas pode fazer um grande mal (...). Haveria talvez anarquia se os professores abandonassem o liceu às perturbações que o sr. Reitor ali semeia. Mas eles impedem – tanto quanto podem – que isso possa prejudicar o fim sagrado do estudo e a paz religiosa do trabalho»¹¹.

- b) O papel do reitor: Eça ignora o quadro de prerrogativas atribuídas ao reitor e que lhe permitia adotar o comportamento que suscitou críticas do corpo docente.

A governamentalização do cargo de reitor estava em curso, pois o decreto de 1836, que reorganizava o ensino secundário, determinou que as novas estruturas deviam comportar uma organização básica: o diploma indicava os órgãos de direção de que seriam dotados, as valências que deviam comportar e as disciplinas que iriam oferecer.

Os órgãos de governo das escolas seriam compostos pelo conselho de docentes e pelo reitor. Este era o professor mais antigo, o decano, a quem seria conferido o título. O modelo conferia uma grande colegialidade no governo dos liceus, com as responsabilidades a serem partilhadas pelos membros do conclave de professores já que a liderança não era uma emanação das competências ou da nomeação. De facto, o conselho era composto por todos os professores e detinha competências nos domínios pedagógico, administrativo e financeiro do funcionamento do liceu. Este órgão colegial gozava ainda da prerrogativa de elaborar normas e orientações específicas que lhe permitiam participar no governo da escola de forma bastante autónoma relativamente à tutela. Era presidido pelo professor decano, que recebia o título de reitor, assumindo funções executivas no domínio da gestão administrativa, pedagógica e financeira: isto é, os mesmos que possuía o conselho do Liceu.

O reitor, a quem cabia voto de qualidade nas decisões, recebia uma gratificação pelo exercício do cargo: um elemento diferenciador, de base remuneratória, que garantia a sua responsabilidade perante a administração central.

Esta configuração dos órgãos diretivos manteve-se até 1844, altura em que Costa Cabral introduziu uma nova reforma de ensino. Contudo, mantendo a estrutura orgânica dos liceus, esta reforma alterou a forma como os reitores eram recrutados introduzindo a figura da nomeação do líder institucional.

Ao longo da história do ensino liceal este mecanismo tornar-se-ia um clássico e, ainda que com *nuanças* importantes, foi utilizado pelos reformadores dos vários quadrantes políticos: progressistas, regeneradores, demo-

¹¹ *Distrito de Évora*, 15 (28 fev. 1867).

A polémica na educação e o posicionamento de Eça no jornal *Distrito de Évora*

Importa analisar o posicionamento de Eça nesta matéria. O artigo é particularmente interessante, no quadro editorial do *Distrito*, pois não é possível compreender o posicionamento adotado pelo seu autor sem caracterizar a política local e os interesses envolvidos, incluindo os do jornalista mas também os do advogado.

- a) Os desacatos no liceu: Eça fica do lado dos professores. Convenientemente ataca o reitor suportado pelo governo.

Cotejando a linha do tempo dos acontecimentos no interior da corporação docente com a posição dos jornais *Folha do Sul* e *Distrito de Évora* [Tabela 1], verifica-se que Eça estava bem informado sobre o que se passava no instituto liceal e em particular dos desaguisados entre o reitor e os docentes.

A fonte provável do artigo que desencadeou a polémica no *Campeão das Províncias*, quer pelos contactos na região, quer pelo interesse direto no assunto, terá sido Filipe Simões? O interesse em ocupar o lugar de reitor poderá ter sido o móbil? Porque razão não usou Simões a *Folha do Sul* para atacar o reitor? Será esta figura a fonte anónima do artigo publicado em 24 de fevereiro no *Distrito*? O autor terá sido outro dos docentes que foram objeto da crítica reitoral nas reuniões do Conselho de Professores? Não há evidências que permitam responder a estas questões. Certo é que Simões, com afinidades com a *Folha*, jornal próximo do governo, tinha certamente dificuldades em sustentar publicamente uma polémica visando a figura do reitor, um líder suportado pelo Terreiro do Paço. Tinha, contudo, facilidade e interesse em passar informação para o exterior: pode tê-lo feito tanto para o *Distrito*, leia-se para Eça, que a usou para atingir o seu alvo governamental, como para os jornais de Aveiro e de Coimbra, cidades nas quais mantinha bons contactos, em particular nesta última à qual iria regressar para prosseguir carreira académica. Portanto, Eça teve acesso quer à imprensa, quer aos protagonistas da notícia. Não é crível que não conhecesse Filipe Simões com o qual tinha várias afinidades: os espaços de formação, os jornais, e os interesses culturais.

No número 15 de 28 de fevereiro, o próprio Eça desferiu um ataque direto ao reitor. Este líder institucional, ao ficar sob a sua pena, permitiu que o *Distrito de Évora* atingisse indiretamente o governo: «quando o chefe de uma corporação, como os lentes do Liceu, em lugar de a representar nobremente, de velar pelos seus interesses, de lhe promover todas as aceitações e todas as considerações, hostiliza, falseia o espírito de serenidade e de dignidade que é a qualidade suprema do magistério, promove obstáculos, emba-

cráticos, ditadores e ministros do Estado Novo não abdicaram da tentativa de garantir a fidelidade dos reitores.

A figura da nomeação manteve-se durante o consulado de Fontes Pereira de Melo. Este estadista, em 1860, fixou as funções do conselho e do reitor: o conselho mantinha a totalidade dos professores mas o seu desempenho passava a ser mais dirigido pois a tutela indicava claramente as suas áreas de intervenção. O reitor, escolhido entre o conjunto dos professores, continuava a ser nomeado pelo governo. As suas funções eram alargadas, assumindo um caráter inspetivo, possuindo prerrogativas que determinavam uma ação decisiva no recrutamento de docentes.

Ao longo da Monarquia Constitucional os sucessivos governos ocuparam-se denodadamente em aumentar a distância hierárquica do reitor em relação aos professores que compunham o conselho escolar. Contudo nenhum cortou radicalmente com o órgão de aconselhamento e acompanhamento da atividade do reitor.

- c) Um fenómeno de mobilidade: Eça apoia a publicação de um artigo, com origem em fonte anónima, que desvaloriza a importância da Casa Pia de Évora na excecional carreira do lente de Coimbra Damásio Fragoso e coloca a ênfase no papel do ensino clássico nesta trajetória de sucesso. Esta postura também não pode ser dissociada do interesse particular de Eça, enquanto advogado, na defesa de um seu cliente num processo que o opunha à instituição assistencial.

Damásio Jacinto Fragoso foi um caso de mobilidade social no século XIX abordado na polémica em que o *Distrito* se envolveu. O *Distrito* publicou um artigo anónimo que repartia entre Liceu e a Casa Pia uma parte do êxito de Damásio Fragoso, lente da Universidade de Coimbra em exercício no tempo coimbrão de Eça. Este antigo aluno da Casa Pia e do Liceu tornar-se-ia uma referência para os caspianos eborenses já que constituía um raro exemplo de mobilidade social ascendente. Porém o artigo atribuiu ao ensino clássico um caráter decisivo no percurso de Damásio: «(...) ele sobressai na carreira literária, que por si só lhe não podia dar a Casa Pia. E aonde foi ele iniciado na ciência? Aonde é que recebeu os elementos para os estudos superiores, que professa hoje? O Liceu de Évora sente orgulho pelo considerar também um dos seus filhos, que mais se distinguem pelas suas letras»¹².

O patamar académico atingido por Damásio Jacinto Fragoso é caso único entre os alunos da Casa Pia de Évora, pelo menos até ao final do sécu-

¹² *Distrito de Évora*, 14 (24 fev. 1867).

lo XIX. Deu entrada na Casa Pia a 11 de setembro de 1839 com 8 anos de idade. Aluno interno da Casa Pia, frequentou o Liceu de Évora. Concluiu o curso complementar a Casa Pia pagou a sua estadia no Colégio dos Orfãos de Coimbra e os estudos na Universidade, onde se doutorou em Teologia (1854), sendo nomeado lente catedrático da Faculdade de Teologia (1866). Este acontecimento, pela sua dimensão académica, foi muito provavelmente do conhecimento de Eça, já que coincidiu com a graduação do futuro escritor no verão desse ano. O que não sabia nesse período estival de 1866 era que, meses depois, esta figura lhe ofereceria assunto para publicar no seu jornal.

Com o conhecimento de que dispomos até ao momento sobre cada uma das instituições envolvidas, verificamos que, em relação à Casa Pia, a publicação do artigo anónimo pode ter convidado a Eça. Vamos aos factos.

Eça abre em Évora o seu escritório de advocacia, na Praça D. Pedro, nº 3, atualmente Praça Joaquim António de Aguiar, onde se situava a redação do jornal que redigia e dirigia. No *Distrito* saiu, a 10 de fevereiro de 1867, um anúncio: «José Maria d' Eça Queiroz tem aberto o seu escritório de advogado, na Praça D. Pedro nº 3 A, onde pode ser procurado desde o dia 10 de fevereiro em diante, das 11 às 4 da tarde». Dois dias depois Eça noticia o andamento do processo de avaliação da herdade do Sobral, no contexto da disputa que opunha as partes que concorriam ao arrendamento da propriedade, que pertencia à Casa Pia tal é prova evidente que acompanhava o caso. A 28 de março do mesmo ano relata-se a estreia de Eça em tribunal ocorrida dois dias antes. Eça defendeu André Maria Ferreira Vila Lobos, que havia escrito um artigo acerca do aforamento da herdade do Sobral que pertencia à Casa Pia de Évora. A ação visava o abuso de liberdade de imprensa e o réu viria a ser condenado ao pagamento de parte das custas do processo e a 10000 réis de multa.

Depois da sua criação em 1836, a Casa Pia passou a ser dominada pelos notáveis locais que administravam o vasto património constituído por capital, terras e outros bens, atividades que lhes conferiam poder e influência (GAMEIRO 2000). O arrendamento de herdades era um dos vários negócios controlados pela administração e foi este que motivou o processo no qual Eça interveio: os Torres Vaz Freire eram rendeiros há várias décadas da herdade do Sobral, propriedade em disputa de arrendamento com André Vila Lobos que pôs em causa a lisura de procedimentos dos envolvidos¹³.

¹³ Durante a presença de Eça em Évora o administrador foi Baltazar Cavaleiro Lobo Limpo de Vasconcelos, proprietário, que tinha sido Secretário da Junta Generativa da Cidade de Évora (1846), que viria a ser membro da Junta Geral do Distrito (1879) e Administrador da Universidade.

Já em 1863 o *Pharol do Alentejo*, um jornal local, comentava a política dos administradores da instituição: «Pecado do *Pharol do Alentejo* falar da administração da Casa Pia desta cidade. Converter-se na voz autorizada do povo e ir de encontro a essa aristocracia de homens endinheirados, que do ponto culminante das suas riquezas querem esmagar e oprimir as liberdades públicas». E, não desistindo da sua luta contra os administradores da Casa Pia, retoma a polémica alguns meses depois especificando algumas das causas do seu ataque, ao referir que «homens que administram os bens das criancinhas, abusaram do seu ministério aforando as herdades pela décima parte do seu valor aos seus correligionários, sem se importarem com os interesses dos nossos pequenos irmãos que tiveram a desventura de nascer na choça humilde do proletariado». Aludia o jornal ao facto de, entre 1839 e 1860, a Casa Pia ter vendido e aforado grande parte do seu património em prédios urbanos, quintas, hortas, ferragiais e herdades. O citado jornal apresentava a causa desta polémica referindo que a herdade do Sobral, que pertencia à Casa Pia, tinha sido aforada a Jacinto Torres por 131\$000 réis/ano quando valia mais de 1 000\$000 réis pois só a cortiça desse ano tinha sido vendida por 400\$000 réis (GAMEIRO 2000).

A litigância protagonizada por Eça, em março de 1867, na qualidade de advogado de André Vila Lobos pressupunha o conhecimento, que como vimos era público e publicado, da forma como o interesse dos proprietários se confundia com ação dos administradores da Casa Pia.

Porém Eça não se exime a ironizar com a administração deste instituto. Parafraaseia o *Campeão das províncias* considerando que o autor do artigo que tinha originado a polémica «olhava com santa beatitude para a Casa Pia, e só via ali sossego, harmonia, felicidade, boa administração, uma espécie de paraíso, onde só há repouso e louvores de graças»¹⁴.

Não devendo, por razões éticas, focar um assunto do foro do exercício privado da advocacia, Eça, ao apoiar a publicação do artigo, reforçando-a com a sua fina ironia, permitiu a limitação da imagem de credibilidade que a Casa Pia desfrutava na sociedade eborense da época, associada às prestigiantes atividades assistenciais e filantrópicas protagonizadas pelas elites. Independentemente de não se poderem comparar dois estabelecimentos de ensino dirigidos para públicos substancialmente diferentes, o jornal coloca-se numa perspetiva em voga na época. Esta era também conveniente para os seus interesses do seu redator/advogado já que considerava que a formação de elites competia ao ensino secundário clássico, o mesmo que ele próprio havia frequentado (embora com o suporte de um colégio privado). Da Casa Pia,

¹⁴ *Distrito de Évora*, 14 (24 fev. 1867)

segundo se escreve no artigo que temos vindo a cotejar, saíam bons artistas e bons chefes de família. Do Liceu saíam alunos cujas trajetórias culminavam na hierarquia eclesiástica e em posições elevadas no alto funcionalismo público. De facto entre 1841 e 1911 o número de alunos da Casa Pia que prosseguiram estudos liceais foi de apenas 33. Destes, apenas um, Damásio Fragoso, prosseguiu estudos em Coimbra. Por outro lado, 13% dos alunos do liceu de Évora prosseguiram estudos nas escolas da capital ou na Universidade de Coimbra, um número que crescerá ao longo das décadas seguintes ultrapassando os 30% até 1910 (GAMEIRO 2017). A frequência do ensino superior garantia a ocupação de lugares de topo na estrutura ocupacional como gestores e profissionais altamente qualificados, um processo de reprodução social que se atenuaria, ainda que ligeiramente, na fase final do século XIX¹⁵.

A aprendizagem das línguas e das literaturas clássicas foi, desde o início do século XIX (e pelo menos até 1869-1870), a forma dominante do ensino secundário. No tempo eciano eborense o grande desígnio tanto do ensino secundário como do superior era a formação dos recursos humanos que iriam incorporar o número crescente de funcionários públicos, de professores, de membros da igreja e de profissionais liberais, processo que é consistente com a análise do artigo (RINGER 1989).

Estes recursos exerceriam funções num Estado cada vez mais complexo, que exigia verdadeiros especialistas na mediação entre os cidadãos e o intrincado universo da burocracia moderna, enfim, o perfil de Eça enquanto advogado. Formavam grupos com uma educação muito superior à média e compunham um estrato social claramente distinto da chamada classe média comercial e industrial na qual se integrava o cliente de Eça, André Vila Lobos. No entanto, durante aquele período, tanto a educação de nível secundário, como a de nível superior, não se configuraram em função das necessidades de desenvolvimento da economia. O desenvolvimento do ensino técnico, por razões históricas, ocorreu mais tardiamente. Por esta razão, o crescimento industrial esteve afastado da formação de recursos fora das fábricas: isto é, à revelia da escola. Os setores educativo e económico desenvolveram estratégias de formação próprias, dando origem à produção de capital humano com qualificações substancialmente diferentes (GAMEIRO 2017).

No caso de Évora, a formação técnica oferecida pela Casa Pia dirigia-se apenas aos alunos acolhidos pela instituição e não estava aberta ao público em geral, algo que só aconteceria com a criação da Escola Industrial em 1914 (GAMEIRO 2011). Já o ensino clássico teve origens precoces. O Liceu de Évora entrou em funcionamento em 1841. Em finais da década de 1840,

¹⁵ *Ibidem*.

os liceus de Coimbra, Lisboa, Porto, Évora e Braga estavam já estruturados do ponto de vista administrativo, contando com um espaço próprio e os recursos humanos indispensáveis: os professores, o reitor e o secretário, embora a oferta formativa não contemplasse todas as disciplinas (GOMES 1985).

No caso concreto da região do Alentejo, só o Liceu de Évora possuía o estatuto de primeira classe. Nesta fase, a sua oferta formativa tornava-o no único instituto a sul do Tejo em que os candidatos ao prosseguimento de estudos poderiam frequentar os chamados «preparatórios», um conjunto de exames que variava em função das instituições para as quais o aluno pretendia prosseguir na sua trajetória académica.

Por outro lado, os corpos docentes dos liceus, o de Évora incluído, reuniam um conjunto de qualificações em educação formal muito superior à média dos seus concidadãos e eram projetados para o desempenho de cargos em que essas habilitações eram valorizadas. Por esta razão, muitos integravam o pessoal político e administrativo dos distritos onde se encontravam instaladas as escolas. A sua importância económica e social nas cidades era relevante já que o Liceu era visto como um centro prestigiado e diferenciador a nível regional (GAMEIRO 2017).

Conclusão

Eça enquanto jornalista, na matéria em apreço, respeitou as fontes que lhe fizeram chegar informação interna verídica, designadamente sobre o conflito que opunha o reitor do liceu de Évora ao corpo docente. Contudo, a fidelidade às fontes levou-o a cometer o erro de não ter lido o conflito no quadro legal que suportava as ações reitorais. Isto é, o fundamento para as ações do reitor não foi sopesado pelo redator, aliás na linha da atitude adotada por uma das partes em conflito. Algo muito conveniente para o fim a que Eça se propunha: o de atacar o governo que, neste caso, havia nomeado o líder da corporação liceal.

No caso esteve ao lado de Augusto Filipe Simões, um dos redatores do jornal *Folha do Sul*, um antagonista do *Distrito de Évora*.

Também aproveitou a sua qualidade de jornalista para, de forma indireta, permitir que nas páginas do jornal que dirigia se tivesse diminuído a importância social da Casa Pia de Évora, instituto que era uma das partes envolvidas num processo que corria no tribunal de Évora e no qual defendia um cliente. A posição de desvalorização publicada pelo jornal em relação à Casa Pia de Évora, que Eça apoiou expressamente, pode ser correlacionada com os seus interesses enquanto advogado na defesa de um cliente prejudicado pela política administrativa desta instituição de assistência.

Por outro lado, o *Districto*, no que concerne aos fenómenos de mobilidade social associados ao ensino, apresentou uma abordagem realista e conservadora, própria desta época, defendendo que competia ao ensino clássico, frequentado por quem tinha posses, a formação de elites. Porém, alguns sistemas de ensino na Europa apostavam já no aumento das oportunidades educativas como vetor de transformação social. *

Fontes citadas

Distrito de Évora, 6 (24 jan. 1867).
Distrito de Évora, 14 (24 fev. 1867).
Distrito de Évora, 15 (28 fev. 1867).
Folha do Sul, 275 (13 fev. 1867).

Bibliografia citada

- BERNARDO, Maria Ana - **Sociabilidade e Distinção em Évora no Século XIX. O Círculo Eborense**. Lisboa: Cosmos, 2001. pp. 119-136.
- FONSECA, Helder Adegar - As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial. *Análise Social*. 31:136 (1996) 731-732.
- GAMEIRO, Fernando Luís - **Elites e Educação. Évora, o Liceu e a Escola. Da Monarquia Constitucional ao Estado Novo**. Lisboa: Colibri, 2017.
- GAMEIRO, Fernando Luís - Profissões, Leitores e Leituras. A Biblioteca Pública de Évora (1850-1926). *A Cidade de Évora*. Évora, Câmara Municipal. 8 (2009) 587-600. (2.ª série).
- GAMEIRO, Fernando Luís - **Com Engenho e Arte**. Lisboa: Colibri, 2011.
- GAMEIRO, Fernando Luís - **Elites e Educação. O Liceu de Évora. Da Monarquia Constitucional ao Estado Novo**. Lisboa: Colibri, 2017.
- GAMEIRO, Fernando Luís - **Entre a Escola e a Lavoura**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997. pp. 115-185.
- GAMEIRO, Fernando Luís - Instrução, Educação e Lazer no Alentejo. In CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1, Porto, 1996 - **Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil 1500-1970**. Org. [por] Rogério Fernandes e Áurea Adão. Lisboa: Sociedade Portuguesa de História da Educação, 1998. pp. 523-534. vol. 1.
- GAMEIRO, Maria Isabel - **Recolher, instruir e educar**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2000. Dissertação de mestrado.
- GOMES, Joaquim Ferreira (Ed.) - **Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública 1844-1859**. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, 1985. p. 49.
- RINGER, Fritz - On segmentation in modern European educational systems: the case of French secondary education, 1865-1920. In MULLER, Detlev; RINGER, Fritz; SIMON, Brian (eds.) - **The Rise of the Modern Educational System. Structural Change and Social Reproduction 1870-1920**. London: Paris: Cambridge University Press, Editions de la Maison des Sciences, 1989.
- SARDICA, José Manuel - **José Manuel Eugénio de Almeida. Negócios, Política e Sociedade no Século XIX**. Lisboa: Quimera, 2016.